

A POSIÇÃO DE B. F. SKINNER SOBRE TRATAMENTO AVERSIVO¹

James C. Griffin

(Richmond State School – Richmond, Texas)

Timothy J. Palsey

(Connecticut Department of Mental Retardation Region 5)

Mary T. Stark e Joseph H. Emerson

(Richmond State School)

Em setembro de 1987, uma entrevista com B. F. Skinner, gravada em vídeo e editada, foi apresentada no segundo Simpósio Anual sobre o Avanço da Tecnologia Comportamental Não Aversiva. Subsequentemente, apareceram artigos anunciando que Skinner se opunha ao uso da punição. Numa carta de resposta à pergunta do autor principal, a respeito de sua posição sobre o tratamento aversivo ao lidar com problemas de comportamento, Skinner afirmou: “Fiquei constrangido pela forma como meu nome foi usado por aqueles que se opõem a todas as formas de tratamento aversivo para lidar com problemas de comportamento, não importando quão severos.” A resposta de Skinner é apresentada aqui em sua totalidade.

Em setembro de 1987, uma entrevista com B. F. Skinner, gravada em vídeo e editada, foi apresentada no segundo Simpósio Anual sobre o Avanço da Tecnologia Comportamental (em Rockville, Maryland). O simpósio foi anunciado como dando destaque a oradores nacionalmente proeminentes que tratariam de e promoveriam práticas positivas e não aversivas de manejo de comportamento. Skinner foi posteriormente identificado como aquele que se opôs a qualquer uso de punição (Behavior Techniques, 1987; B. F. Skinner Opposes, 1987).

A Posição de Skinner

Tendo em vista a importância atual do tema da não aversividade, pedimos a Skinner que registrasse sua posição por escrito. Nossa intenção era compartilhar a posição dele com profissionais que prestavam serviços a indivíduos com comportamento severamente inadaptado. Eis aqui a resposta de Skinner em 25 de janeiro de 1988:

Fiquei constrangido pela forma como meu nome foi usado por aqueles que se opõem a todas as formas de tratamento aversivo para lidar com problemas de comportamento, não importando quão severos, e preparei a seguinte declaração sobre minha verdadeira posição:

¹ Publicado na *American Journal on Mental Retardation*, 93, Seção “Readers Reactions”, pp.104-105. Traduzido por Noreen Campbell de Aguirre para uso exclusivo dos alunos do Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento, Campinas – SP.

O uso da punição tem sido amplamente debatido, especialmente em conexão com educação e terapia. Frequentemente se tem dito que me oponho a todas as formas de punição e eu gostaria de fazer a seguinte correção.

A punição geralmente é usada a favor do punidor, mas há exceções e elas às vezes podem ser justificadas. Algumas crianças autistas, por exemplo, ferem a si próprias seriamente ou se engajam em outros comportamentos excessivos, a menos que sejam medicadas ou contidas, e outros tratamentos são então virtualmente impossíveis. Caso estímulos aversivos breves e inofensivos, usados de maneira precisamente contingente a comportamento autodestrutivo ou outro comportamento excessivo, suprimam o comportamento e deixem a criança livre para se desenvolver de outras maneiras, acredito que possam ser justificados. Quando considerados fora do contexto, tais estímulos podem parecer pouco humanos, mas não devem ser diferenciados dos muito mais dolorosos estímulos por vezes necessários na odontologia e em diversas práticas médicas. O verdadeiro erro consiste em se satisfazer com a punição, sem explorar alternativas não punitivas.

Exceto no acasalamento e no cuidado com a prole, o comportamento social dos animais é quase todo ele punitivo. O território e outras posses são defendidos através da força ou da ameaça de força. Presumivelmente, isso também já valeu para a espécie humana, e aqueles que têm poder para tratar os outros aversivamente muitas vezes ainda o fazem. Há consequências indesejáveis, incluindo a fuga e o contra-ataque.

A alternativa é o reforçamento positivo. Se comparado ao reforçamento negativo ou à punição, seu efeito é um tanto atrasado e, portanto, não tão facilmente aprendido. O atraso é tão crítico que outras espécies não usam o reforçamento positivo. (Os animais fazem muitas coisas que reforçam o comportamento de outros, mas não porque seja uma consequência reforçadora.)

Não há dúvidas quanto aos ganhos alcançados por práticas que são singularmente (e bem apropriadamente chamados de) humanas, mas isso ainda está no início. Leis éticas, religiosas e governamentais são basicamente punitivas, especialmente quando destinadas a restringir comportamento aversivo. As exceções que dão testemunho da singularidade do comportamento humano são raras. Ainda não descobrimos práticas não punitivas adequadas para substituir a parte aversiva de nossa herança genética. Por exemplo: estamos longe de abandonar o uso da força nas relações internacionais ou na manutenção da ordem doméstica. Pessoas que convivem em proximidade, e isso inclui professores e alunos, terapeutas e clientes, dificilmente conseguem evitar todas as formas de punição.

Acredito que não há mais qualquer utilidade para a punição corporal nas escolas e muito há a se ganhar com sua supressão. Sobre outras formas de punição, então, a questão principal é a intensidade. Uma punição severa demais pelo atraso na entrega de um trabalho estaria bem aquém de adequada no caso de quem traz uma arma de fogo ou uma faca à sala de aula.

Fico orgulhoso do sucesso que temos alcançado em encontrar muitas alternativas à punição e lastimo que esta controvérsia talvez venha a renovar a visão de que behaviorismo significa punição. Ele é, creio eu, a única esperança para a eventual eliminação do controle punitivo em todas as áreas.

Discussão

Ainda que Skinner não tenha usado o jargão associado ao campo do retardo mental, sua mensagem nos parece razoável. Como Skinner, não escolhemos “nos satisfazer com a punição sem explorar alternativas não punitivas” e “nos orgulhamos do sucesso que temos alcançado em encontrar muitas alternativas à punição.” Procedimentos não aversivos para a supressão de comportamento que representa potencial ameaça à vida devem ser procurados, como têm sido há décadas. Até que alternativas não aversivas empiricamente embasadas tenham demonstrado suprimir *todas* as formas de comportamento inadaptado, os procedimentos aversivos devem ser mantidos como tratamentos de último recurso. Organizações profissionais, agências reguladoras e entidades governamentais devem apoiar o direito da equipe interdisciplinar de cada cliente a determinar ou não o uso de terapia aversiva. Checagens e avaliações adequadas, na forma de comitês de direitos humanos e de

revisão de programas, devem monitorar se os direitos dos clientes são respeitados nas decisões.

Opositores e proponentes de procedimentos aversivos têm em comum o objetivo de suprimir comportamentos inadaptados com o mínimo de procedimentos restritivos. Concordamos com Skinner que “não há dúvidas quanto aos ganhos alcançados por práticas que são singularmente (e bem apropriadamente chamadas de) humanas, mas isso ainda está no início.”

Referências

B. F. Skinner se Opõe ao Uso da Punição. (novembro/1987) LINKS, 23(11).

Behavior Techniques: B. F. Skinner se Opõe ao Uso da Punição. (dezembro/1987). *DD Directions Newsletter of the Illinois Governor's Planning Council on Developmental Disabilities*, p. 1.